



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002507-03.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

ASSUNTO: Contratação da empresa VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA.

DESPACHO Nº 1256 / 2025 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular certame licitatório, operou-se a contratação da empresa **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.795.225/0001-75, para fornecimento e instalação de **sistemas de geração de energia solar fotovoltaica**, conectada à rede, do tipo *on-grid*, e subestações abrigadas, para atender às necessidades do TRE-RO.

O contratos estão atualmente reajustados pelo Termo Aditivo 02, relativo ao CONTRATO TRE-RO N. 23/2023 (1369985) e pelo Termo Aditivo 01 referente ao CONTRATO TRE-RO N. 31/2023 (1369986), ambos vigentes.

Por meio da Solicitação nº 80/2025 (1440253), a ASSENGE- unidade gestora dos contratos - comunicou a esta Diretoria-Geral a proximidade do final da vigência dos Contratos e **solicitou a prorrogação do ajuste**, nos atuais termos e condições, por mais 365 dias, do Contrato nº 23/2023, de 08/12/2025 até 07/12/2026, bem como do Contrato nº 31/2023, de 24/01/2026 a 23/01/2027.

A empresa contratada pugnou pela prorrogação da vigência dos contratos, considerando a necessidade de monitoramento e acompanhamento, após recebimento definitivo das instalações realizadas no imóvel do TRE-RO (1359569). No mesmo sentido, a unidade demandante justifica a necessidade de prorrogação dos prazos de vigência para manutenção da estabilidade e da previsibilidade no atendimento das demandas energéticas do Tribunal.

À vista disso, o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à COFC para realizar a programação orçamentária da despesa; à SECONT, para elaboração das minutas de termo aditivo, conforme solicitação da unidade; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1440361](#)).

Pela Informação nº 247/2025 (1441073), a COFC relatou que não se faz necessária a realização de programação orçamentária, na medida em que não haverá reflexos financeiros no contrato.

A SECONT elaborou as minutas de termo aditivo nos seguintes moldes:

a) Contrato nº 23/2023 - alteração do prazo de vigência: prorrogar por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme item 8 da Cláusula Sétima do contrato, estendendo a vigência de 08/12/2025 até 07/12/2026, cujo valor global atualizado passará a ser de R\$ 1.156.598,20 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte centavos), conforme demonstrado na subcláusula única da cláusula segunda da minuta do Termo Aditivo n. 3 ao Contrato n. 23/2023 (1442127);

b) Contrato nº 31/2023 - alteração do prazo de vigência: prorrogar por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme item 8 da Cláusula Sétima do contrato, entendendo a vigência de 24/01/2026 a 23/01/2027, cujo valor global atualizado passará a ser de R\$ 2.355.597,80 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta centavos), conforme demonstrado na subcláusula única da cláusula segunda da minuta do Termo Aditivo n. 2 ao Contrato n. 31/2023 (1442128).

Ato contínuo, a Assessoria Jurídica da SAOFC, após análise, aprovou os termos dos instrumentos, para cumprimento do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, opinou pela possibilidade jurídica de prorrogação dos prazos de vigência do ajuste por 365 dias, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula sétima dos contratos, destacando necessária a notificação da contratada para prorrogação das garantias de execução contratual apresentadas inicialmente (1444727).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se nos exatos termos de sua Assessoria Jurídica (1444956).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral.

É o breve relato.

Inicialmente, cabe registrar que a presente contratação se encontra fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769/2023, que dispõe sobre o regime de

transição de que trata o art. 190 da Lei n. 14.133/2021, estabelece que os contratos firmados no regime da referida lei serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, como é o caso sob análise.

Como relatado, foi apurada a necessidade de prorrogação dos contratos sob análise. 1440253). As cláusulas contratuais estabelecem que, após o recebimento definitivo, inicia-se o período de manutenção/monitoramento pelo prazo de **360 dias corridos**, o que exige que a vigência contratual permaneça ativa até o término dessa obrigação.

Ocorre que, por motivo de erro material, **a vigência atual dos contratos em questão não cobriu integralmente o período da manutenção e do monitoramento**. A manutenção é parte integrante das obrigações assumidas pela contratada, sendo indispensável garantir cobertura contratual para eventuais ajustes, correções e suporte técnico durante o período de monitoramento. Logo, mostra-se necessária a prorrogação dos prazos de vigência, a fim de evitar descontinuidade nos serviços e assegurar estabilidade e previsibilidade no atendimento das demandas energéticas do Tribunal.

Verifica-se que o cumprimento dos requisitos legais e normativos para a prorrogação pretendida por mais 365 dias do Contrato nº 23/2023, de 08/12/2025 até 07/12/2026, bem como do Contrato nº 31/2023, de 24/01/2026 até 23/01/2027, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato n. 38/2022.

Com efeito, o art. 57, parágrafo 1º, da Lei n. 8.666/93 assim versa:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Constata-se que o caso **se trata de um contrato de escopo**, classificação utilizada para distingui-los dos denominados contratos de execução continuada. De acordo com essa diferenciação, de *escopo* seriam aqueles contratos que *"impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida, de forma que, uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure"*. Já nos contratos de execução continuada, as obrigações se renovam no tempo, não havendo uma só obrigação específica e definida, a ser cumprida em determinado prazo, de forma que, após o adimplemento, viesse a ficar o devedor liberado do ajuste. De outro modo, nos contratos de execução continuada, o serviço é prestado enquanto o contrato existir; diversamente, nos contratos por escopo, **o que interessa é a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório, condicionado ao cumprimento total do objeto**.

Conforme entendimento pacificado neste Tribunal, os contratos de escopo podem ter seus prazos estendidos para possibilitar o total cumprimento de seu objeto, com o devido registro do ato em termo aditivo. Destaca-se ainda que, quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, deve ser registrado nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão da obra ou do serviço, com manifestação dos gestores e deliberação da autoridade competente, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade.

Dessa forma, dado que **o período no qual deverão ser prestadas as atividades de monitoramento e acompanhamento dos serviços executados, apenas em decorrência de erro material não foi incluída na vigência dos contratos**, por certo deverá sê-lo por meio de termo aditivo haja vista que o objeto do contrato somente estará integralmente executado quando todos os serviços que o compreendem foram efetivamente prestados na forma e condição previstos nos ajustes.

Logo, conclui-se pela possibilidade jurídica de prorrogação dos prazos de vigência dos Contratos nº 23/2023 e nº 31/2023, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com fundamento nas **Súmulas 346 e 473 do STF**, que confere a prerrogativa à Administração Pública para modificar unilateralmente os contratos administrativos visando à adequação às finalidades de interesse público, como forma de incluir os prazos para a execução dos serviços de monitoramento e acompanhamento na vigência do contrato formal que disciplinar todas as obrigações das partes, na forma do § 1º do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993. A prorrogação dos contratos de escopo, também, tem como fundamento o fato de os contratos analisados serem classificados como de escopo, no qual a extinção se dá com a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório,

condicionado ao cumprimento total do objeto.

Outrossim, ressalte-se que os contratos em epígrafe admitem expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA SÉTIMA - Este Contrato terá vigência pelo período de até 600 (seiscentos) dias corridos, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93, de acordo com a tabela abaixo:

(...) 8. Após o recebimento definitivo de cada contrato, inicia-se a manutenção e monitoramento em todos os sistemas, equipamentos, acessórios, peças e demais componentes, que terá a duração de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos.

Nesses termos, tem-se que ambos os contratos **poderão ser prorrogados por 365 dias**, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação. Registra-se, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

Convém ressaltar a necessidade da manutenção das garantias contratuais atualizadas, em cumprimento à CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Contrato Administrativo nº 23/2023 e do Contrato Administrativo nº 31/2023, na forma da CLÁUSULA TERCEIRA dos Termos Aditivos, as quais deverão ser renovadas no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura dos respectivos instrumentos.

Registra-se, ainda, que as minutas apresentadas pela SECONT (1442127 e 1442128) foram aprovadas pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Outrossim, por meio da Informação nº 247/2025 (1441073), a COFC relatou que não se faz necessária a realização de programação orçamentária, na medida em que não haverá reflexos financeiros no contrato. Os valores dos contratos serão mantidos, por tratarem de contratos de escopo.

Conclusão

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) **autorizo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 23/2023** (1075099), por mais 365 (trezentos e sessenta) dias, a contar de 8/12/2025 até 7/12/2026, sem efeitos financeiros, com fundamento nas Súmulas 346 e 473 do STF, bem como na forma do § 1º do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993, e, ainda, conforme item 8 da cláusula sétima do contrato supracitado;

b) **autorizo prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 31/2023** (1094125), por mais 365 (trezentos e sessenta) dias, a contar de 24/01/2026 até 23/01/2027, sem efeitos financeiros, com fundamento nas Súmulas 346 e 473 do STF, bem como na forma do § 1º do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993, e, ainda, conforme item 8 da cláusula sétima do citado contrato;

c) **determino a notificação da Contratada para prorrogar as garantias de execução contratual apresentadas inicialmente**, considerando os novos prazos de vigência contratual indicados, correspondentes a 5% (cinco por cento) sobre o valor total dos contratos n. 23 e 31/2023, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, bem como observadas todas as condições previstas nas cláusulas décima primeira dos contratos originários e ainda conforme disposto na cláusula terceira da minuta do Termo Aditivo n. 3 ao Contrato n. 23/2023 (1442127) e da minuta do Termo Aditivo n. 2 ao Contrato n. 31/2023 (1442128);

d) **determino a publicação dos extratos dos aditivos contratuais**, em conjunto com o ato autorizativo e demais documentos necessários, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE e no Diário Oficial da União - DOU, em respeito ao princípio da publicidade, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, bem como a divulgação no sítio eletrônico oficial do TRE-RO e, por fim, a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); e

e) **determino à ASSENTE** que observe as orientações contidas no item 32, II, alíneas "a, b e c" do Parecer Jurídico n. 170/2025 (1444727).

À SAOFC para prosseguimento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **EDGARD MANOEL AZEVEDO FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 03/12/2025, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1446613** e o código CRC **C7B82B4B**.

0002507-03.2022.6.22.8000

1446613v42